

## **Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste: relato de uma experiência de “Memoração” do Patrimônio Cultural**

*Regina Abreu*<sup>1</sup>

*Sabrina Dinola*<sup>2</sup>

*Rafael Rodrigues Felix*<sup>3</sup>

No ano de 2020, com o objetivo de criar um dispositivo para acompanhar a dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste, foi lançada a plataforma eletrônica “**Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste**” - [www.observatoriodopatrimonio.com.br](http://www.observatoriodopatrimonio.com.br) - projeto iniciado no ano de 2019, no Laboratório de Memória e Imagem (LABIM) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS) da UNIRIO, integrado ao Grupo de Pesquisa CNPq "Memória, Cultural e Patrimônio", com o apoio da FAPERJ. Nesse dispositivo são apresentados estudos de caso e etnografias sobre processos de patrimonialização e seus desdobramentos, com o intuito de valorizar, difundir e potencializar o acesso às pesquisas sobre o campo patrimonial do Sudeste realizadas nas Universidades, Museus, Institutos de Patrimônio e Centros de Pesquisa. Especial destaque é conferido à interlocução entre pesquisadores e detentores durante o processo de pesquisa.

Ao focalizarmos os processos de patrimonialização, referimo-nos ao alargamento do conceito de patrimônio e seus qualificativos: imaterial ou intangível, genético, químico, natural, entre outros. Ou seja, além dos qualificativos “histórico” e “artístico”, que prevaleceram durante um período, o surgimento de novos qualificativos para a categoria é também expresso na Constituição de 1988 e em outras medidas e leis que se seguiram. Destacamos os artigos 215 e

---

<sup>1</sup> Regina Abreu é antropóloga, doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ) e pós-doutora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atua como professora titular do Programa em Memória Social da UNIRIO. É idealizadora e coordenadora do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

<sup>2</sup> Sabrina Dinola Gama Silva é doutora em Memória Social (PPGMS-Unirio). Atua como professora colaboradora do PPGMS-Unirio e como pesquisadora de pós-doutorado (PPGMS-Unirio/FAPERJ). Integra, como Supervisora de Pesquisa, a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

<sup>3</sup> Rafael Rodrigues Felix é bacharel em Museologia (UNIRIO) e especialização em Análise Pericial (Centro Universitário Redentor). Atua como bolsista de apoio técnico da FAPERJ. Integra, como Auxiliar Técnico, a equipe do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.

216 da Constituição de 1988, onde está prevista a proteção aos bens culturais de natureza imaterial e, posteriormente, a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, por meio do Decreto Federal n. 3551, de 4 de agosto de 2000. O decreto instituiu dois mecanismos de valorização dos chamados aspectos imateriais do patrimônio cultural: o inventário dos bens culturais imateriais e o registro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do Estado.

Processos de patrimonialização estão fortemente associados à construção de memórias coletivas, especialmente relevante para que as sociedades e/ou grupos sociais lembrem de fatos, eventos ou passagens marcantes para a vida social. Estes podem ser locais, regionais, nacionais ou envolver planos mundiais e planetários. Patrimônios são marcas que podem ser físicas e materiais como edificações, vestígios arqueológicos, elementos da natureza, objetos preservados em museus. Como exemplos citamos igrejas, construções antigas, pinturas em cavernas, restos fósseis. Mas, patrimônios também podem ser de natureza imaterial ou intangível como canções, modos de fazer, celebrações, gestos e formas de se comunicar que se repetem imemorialmente, línguas e assim por diante. Como exemplo, temos rituais como o "minuto de silêncio", poemas populares que foram passados entre gerações, línguas indígenas que foram preservadas pelos falantes pelo ato da fala e da repetição, rituais religiosos também preservados imemorialmente.

Para o campo da memória social e especialmente da memória coletiva, campo fundamental para que as sociedades existam como tais, ou seja, percebam-se como entes singulares com identidades e percursos próprios que interligam os indivíduos a um sentimento de coletivo que os constitui e os ultrapassa, não há exatamente uma hierarquia entre essas duas formas de patrimônio, as duas são igualmente importantes e constitutivas para o ato de lembrar. Chamamos a atenção aqui para a importância do ato de lembrar fatos, passagens, histórias, línguas, mitos, ritos e diversas expressões e manifestações de um grupo social. É este lembrar que faz com que um amontoado de indivíduos se referencie em coletivos e que cada um se sinta parte de um todo mais amplo como famílias, grupos de amigos, integrantes de um grupo religioso ou que partilham uma identidade em comum, até agrupamentos mais amplos como nações. A noção de humanidade neste contexto só faz sentido para nós porque nos identificamos

com um passado comum, com uma história que nos amalgama a todos como indivíduos de uma mesma espécie. E todos sabemos que do nosso futuro como espécie, ou como grupo de humanos, depende o entendimento de laços que nos unem e nos conecta temporal e espacialmente, ou seja, nossa memória em comum. Por este motivo, nos interessamos tanto por fatos, eventos e histórias que se passam em localidades distantes como a Mongólia ou o Japão e também por localidades próximas a nós como a cidade ou o bairro em que vivemos.

No final do século XIX e primeira metade do século XX, devido ao surgimento dos Estados-nações modernos, a noção de patrimônio esteve fortemente vinculada à percepção de que era necessário preservar da destruição ou do desaparecimento, elementos materiais considerados expressivos de narrativas nacionais. Neste período, muitos museus foram construídos, monumentos foram erigidos, objetos, prédios, edificações e vestígios materiais de antigas cidades foram preservados. Havia uma forte percepção de que os novos Estados-nações caminhavam em direção a um progresso crescente e que o futuro seria promissor para toda a humanidade. Noções como civilização e progresso eram hegemônicas. Descobertas científicas eram o motor para verdadeiras revoluções tecnológicas que acentuavam a crença num porvir redentor para os humanos. As ideologias de progresso e civilização justificaram o que hoje a literatura decolonial classifica como formas de apagamento ou mesmo de genocídios culturais. Não apenas referências de culturas subalternas como as culturas indígenas e de povos escravizados e/ou colonizados, sobretudo africanos, indianos e de todo o mundo extra-europeu e extra-norte ocidental, foram apagadas em processos coloniais, assim como os próprios povos foram dizimados. É difícil não associar processos e construções de memórias sociais a partir das patrimonializações neste período ao empreendimento colonial. Grande parte da memória social e também das memórias coletivas no Ocidente moderno era gestada com base no apagamento de referências relevantes para grupos sociais e culturais vistos como atrasados ou periféricos. As narrativas nacionais que fundamentavam os grandes empreendimentos patrimoniais e memorialísticos neste período eram voltadas para uma adesão ao grande projeto civilizatório, onde almejava-se incluir toda a humanidade. Evidentemente, que neste contexto, os processos de patrimonialização e musealização expressaram vontades

de memória de certos segmentos sociais que percebiam-se como mais civilizados, progressistas e donos de verdades que desejavam universalizar. Não por acaso, grandes monumentos históricos foram construídos em bronze, material resistente e praticamente imprecível, nas cidades expressando narrativas épicas de supremacia de um grupo social sobre outros: os detentores de saberes cultos e que cultuavam a ciência a favor de seus empreendimentos coloniais.

No Brasil, esta onda calcada nos ideais de "progresso e civilização" e referenciada em narrativas de construção dos Estados nacionais foi também tomando a cena, embora com as vicissitudes de país periférico. É no início do século XX que afirmam-se os grandes projetos de preservação dos patrimônios chamados nacionais, ou seja, vinculados a narrativas de ideários nacionalistas com base em valorização dos "grandes feitos" de elites políticas e econômicas. Grandes museus para valorização dos chamados marcos da construção do Estado-nação brasileiro são idealizados. Chamo a atenção para o papel especialmente significativo de alguns precursores no campo patrimonial nesta vertente de narrativa heróica da construção nacional, como Gustavo Barroso, idealizador e criador do Museu Histórico Nacional (1922) e da Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Personagens como Gustavo Barroso foram expressivos cultuadores de uma visão patrimonial que tinha por objetivo constituir e moldar uma memória nacional enquanto memória coletiva, isto é, sedimentar na memória dos brasileiros a visão heróica de construção do Estado e da nação moderna no Brasil.<sup>4</sup> Seguiu-se a este movimento, mas com uma visão diferente e concorrente a de Gustavo Barroso, já no final dos anos 1930, durante o período do chamado Estado Novo, um movimento de preservação do patrimônio nacional que gerou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, uma das instituições mais importantes que se construiu no Brasil no campo patrimonial. Na época do seu surgimento, quando governava o Brasil, Getúlio Vargas, alguns intelectuais, liderados por Rodrigo Mello Franco de Andrade que dirigiu a instituição

---

<sup>4</sup> Sobre este ponto, ver: Abreu, Regina. *A Fabricação do Imortal: Estratégias de Consagração no Brasil*, RJ, Ed. Rocco, 1992.

por extenso período, coordenaram uma ação preservacionista importante no sentido de identificação e proteção legal de diversos elementos e conjuntos de cultura material que expressassem aspectos da singularidade brasileira. A intenção era exatamente constituir referências para o florescimento de uma memória nacional entendida como memória coletiva. Os esforços de construção de um patrimônio nacional, com uma instituição especialmente voltada para este fim, foram notáveis se levarmos em conta o acelerado processo de modernização da sociedade brasileira, o crescimento das indústrias e das grandes cidades que descaracterizavam referências importantes para a memória social. Ícones arquitetônicos de períodos anteriores, como as igrejas barrocas construídas durante o período colonial, estavam certamente fadadas ao desaparecimento, e a ação do SPHAN foi fundamental no sentido de preservar para a memória coletiva nacional aspectos sobretudo construtivos, de estilos artísticos e de conjuntos estéticos que seriam demolidos e apagados. O exemplo mais emblemático e fartamente citado foi o das igrejas barrocas de Ouro Preto com preservação das relíquias de esculturas do Mestre Aleijadinho ou de pinturas do Mestre Athayde, ambos herdeiros de tradições de Ofícios de artesãos medievais trazidos da Europa para o Brasil pelo viés da circulação cultural entre artes e artífices.<sup>5</sup> Paralelamente, o SPHAN também procurava dar conta da preservação de sítios e lugares históricos de construção épica da narrativa nacional, erigindo monumentos históricos e preservando locais considerados emblemáticos. Neste processo, a ênfase era, como na Europa moderna, centrada nos ideais de progresso e civilização e, neste contexto, as referências a memórias locais e periféricas de grupos subalternizados era pouco contemplada ou vista como remanescentes a serem superados, portanto, colocados no passado da sociedade colonial brasileira.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Para este tema, ver: Chuva, Marcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória, Os: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, RJ, Ed. UFRJ

<sup>6</sup> Ver ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. v. 1. 316p.

Já na segunda metade do século XX, em novas circunstâncias históricas, com manifestações críticas a uma narrativa patrimonial centrada nas noções de civilização e progresso que privilegiava a construção do Estado-nação e as belas artes, entra em cena a noção de diversidade cultural, introduzida em grande parte pelas pesquisas antropológicas. As disputas de narrativas no campo patrimonial brasileiro acompanham movimentos internacionais, onde antropólogos fortalecem argumentos em defesa de uma vertente ampliada nos processos de patrimonialização. Em artigos anteriores, focalizamos especialmente o processo rico e dinâmico destes debates. Especialmente cabe destacar o debate do conceito de cultura como antídoto ao racismo no discurso científico e o debate do conceito de cultura como diversidade da expressão humana, que não pode vir contraposta ao chamado progresso ou desenvolvimento econômico. Se o campo patrimonial no Ocidente moderno data do século XIX, é no século XX, mais precisamente em meados do século XX, que os contornos da noção de patrimônio, associada à noção de cultura, afirmam-se. O estabelecimento do chamado concerto das nações, ou seja, da articulação em rede das chamadas nações modernas, que se deu a partir do século XIX, estimulou a criação de agências multilaterais. Para o campo patrimonial, a mais importante foi a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura –, com sede em Paris, fundada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a cultura, as ciências e a comunicação. O estabelecimento desta agência, sem dúvida, vem balizando as ações dos países membros, congregando mais de 100 países. Podemos dizer que, a partir da ação desta agência, o conceito antropológico de cultura foi difundido e popularizado em diversas esferas, inclusive no campo patrimonial. A UNESCO estabeleceu seus objetivos por meio de cinco grandes programas: educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas, cultura e comunicação/informação. De forma crescente, ganhou corpo e substância a noção de patrimônio cultural como item a ser protegido e salvaguardado no contexto mundial. Além de promover a Educação com programas de alfabetização, a UNESCO foi estabelecendo ao longo dos anos um portentoso programa de estímulo ao Patrimônio, contando com acordos de cooperação internacional para promover a diversidade cultural e assegurar a proteção e salvaguarda do patrimônio cultural e natural mundial. O

conceito de “diversidade cultural” foi, portanto, se impondo no campo patrimonial.<sup>7</sup> (ABREU, 2020)

No caso brasileiro, as pesquisas antropológicas e os debates nas ciências humanas, em especial nas ciências sociais e na história, a partir dos anos 1970 e intensificada nos anos 1980, trouxeram novas questões e abriram para a construção de outros paradigmas, críticos aos ideais unívocos de progresso e civilização para as nações modernas. Estas pesquisas e debates tiveram grande impacto no contexto patrimonial, em especial no então SPHAN, sobretudo a partir da gestão de Aloísio Magalhães que tomou posse como Presidente da Instituição em 1975. Uma das principais ações de Aloísio Magalhães foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) que contava com expressiva participação de uma equipe interdisciplinar de pesquisadores da Universidade de Brasília. O objetivo era "traçar um sistema referencial básico a ser empregado na descrição e análise da dinâmica cultural brasileira, no qual deveria comportar e adequar, com base em uma visão prospectiva, diferentes áreas de conhecimento e que tivesse as seguintes características: a) Adequação às condições específicas do contexto cultural do país; b) abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil; e c) explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo nessas áreas, de adequadas alternativas regionais."<sup>8</sup>

Ainda na década de 1970, o SPHAN foi transformado em órgão normativo, tendo sido criada a Fundação Nacional Pró-Memória que passou a exercer a função de órgão executivo da instituição. Aloísio Magalhães trouxe para o órgão um olhar voltado para modelos alternativos de desenvolvimento, geração de renda e turismo regional. Alguns projetos voltavam-se para a valorização do artesanato e a preservação das chamadas tecnologias patrimoniais ou endógenas. Cecília Londres descreveu a ebulição deste período, quando entrou em cena um

---

<sup>7</sup> Abreu, Regina. Futuros imaginados: o gesto patrimonial e o conceito de “diversidade cultural”, in: Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 55, p. 250-270, 2020.

<sup>8</sup> In: "Aloísio Magalhães: o homem que inovou as políticas de patrimônio" <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216>

conceito mais alargado de patrimônio, o conceito de "referências culturais". A Fundação Nacional Pró-Memória idealizou identificar por todo o país, as "referências culturais" dos diversos grupos sociais espalhados pelas localidades plurais do Brasil.<sup>9</sup> Aloísio Magalhães escreveu o texto "E Triunfo?" chamando a atenção para o fato de que até então as instituições patrimoniais, como o consagrado IPHAN, não tinham tido um olhar para patrimônios locais, como os da pequena cidade "Triunfo" em Alagoas. Este texto deu origem a um livro com o mesmo título que reunia ensaios de seus principais colaboradores.<sup>10</sup>

No livro publicado em 1985, Joaquim Falcão, um dos autores, que, posteriormente, veio a ser Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, escreveu sobre o conceito de bem cultural tal como concebido por Aloísio Magalhães. A novidade era "romper com uma visão que privilegiava bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico (essencialmente voltados para o passado) ou aos bens da criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro) quase sempre de apreciação elitista [...]. Permeando essas duas categorias, existe uma vasta gama de bens – procedentes, sobretudo, do fazer popular – que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade”.<sup>11</sup> Podemos dizer que a visão culturalista de Aloísio Magalhães no campo patrimonial somava-se a um movimento mais amplo de inserção da noção de diversidade cultural como eixo norteador. Neste movimento, o campo da cultura popular era valorizado. A noção semântica de bens culturais incluía bens provenientes da elite e do povo, de origem negra e indígena. Esta visão era sintetizada na frase que Aloísio Magalhães gostava de dizer: “a cultura brasileira não é eliminatória, é somatória”. Para a

---

<sup>9</sup> Londres, Cecília, in: Abreu, Regina e Chagas, Mario. Memória e Patrimônio. Ensaios Contemporâneos, 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. v. 1. 316p.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Aloísio. Cultura e bens culturais. In: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília : Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 39-68.

<sup>11</sup> Falcão, Joaquim. In: Magalhães, Aloísio. op. cit. 1985, p. 19.



ampliação dessa noção, Aloísio Magalhães usou como referência o ante-projeto de Mário de Andrade que buscava uma delimitação do campo patrimonial e uma identificação do que devia ser preservado numa vertente que já prenunciava o culturalismo: as artes arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional e estrangeira, e aplicadas nacionais e estrangeiras. Essa reformulação conceitual abriu o leque sobre os bens a serem preservados, como referenciais da cultura brasileira. Assim, também puderam ser preservados não só os edifícios e cidades históricas, mas outras memórias sociais e culturais relevantes, como o terreiro de Candomblé Casa Branca, na Bahia, primeiro terreiro tombado no contexto do IPHAN.<sup>12</sup>

A virada culturalista teve desdobramentos não apenas acadêmicos e institucionais, mas também políticos. Após a morte de Aloísio Magalhães, alguns de seus colaboradores tiveram participação no Movimento da Constituinte, o que contribuiu para que a Constituição de 1988 viesse a ter uma definição avançada no sentido do alargamento da noção de patrimônio. A Assembleia Nacional Constituinte de 1988 mobilizou diferentes segmentos da sociedade brasileira que clamavam por participação na vida social e política. Foram tempos de intensos debates e reflexões sobre a trajetória do País. Os artigos 215 e 216, que tratam da cultura no âmbito constitucional, promoveram importante atualização conceitual. Entre eles, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural; de explicitar a proteção às manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras, incorporando o conceito de representatividade. Além de estabelecer, no texto legal, instrumentos de proteção e salvaguarda já em uso, como o inventário, o tombamento e a desapropriação, e de criar novos, como o registro.

---

<sup>12</sup> Sobre este processo de tombamento do Terreiro de Candomblé Casa Branca em Salvador, houve intensa movimentação de antropólogos, entre eles Gilberto Velho, Ordep Serra, Peter Fry. Segundo o portal do IPHAN, "o tombamento pioneiro do Terreiro de Candomblé da Casa Branca, em 1984, na cidade baiana constituiu um marco na história da preservação do patrimônio cultural no Brasil. Primeiro, por aplicar o instrumento do tombamento a um bem não ligado à tradição luso-brasileira, cuja expressão material não se enquadrava nos critérios de excepcionalidade então vigentes; segundo, por reconhecer a importância do candomblé como manifestação cultural e religiosa de parcelas significativas da população, especialmente na cidade de Salvador." (<http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D> consultado em 29/11/2021)

Em 1990, o SPHAN e FNPM foram extintos para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). A medida provisória nº 752, em 6 de dezembro de 1994, transformou o IBPC em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A década seguinte foi marcada por um novo estágio da compreensão de bem cultural. Em 4 de agosto de 2000, o decreto nº 3.551 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Na perspectiva do IPHAN esses bens caracterizam-se, principalmente, pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade. Com base no mesmo Decreto, foi elaborado o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), uma metodologia voltada para a identificação e produção de conhecimento sobre bens culturais com vistas a subsidiar a formulação de políticas de preservação.<sup>13</sup>

Neste novo contexto, atribui-se grande relevo para o “saber-fazer” que estrutura a noção de “conhecimento tradicional”. São, portanto, considerados bens culturais imateriais, as festas, celebrações, narrativas orais, danças, músicas, modos de fazer artesanais, enfim, um conjunto de expressões culturais que não estão representadas pelo chamado patrimônio tangível ou de *pedra e cal*. (cf. ABREU, 2015).

Em 2004, com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) pelo Iphan, foram abertas novas dimensões das políticas públicas no campo do Patrimônio. Ocorre uma articulação mais intensa e elaborada entre ações patrimoniais e a ‘dimensão imaterial’, sendo promovida uma abertura das ações patrimoniais para múltiplos aspectos da vida dos grupos e coletividades<sup>14</sup>, repercutindo em novos efeitos e alcance da relação entre cultura, patrimônio e cidadania.

Como consequência deste movimento de reconhecimento por parte do Estado de

---

<sup>13</sup> <http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D> consultado em 29/11/2021

<sup>14</sup> A exemplo disso, podemos citar: a patrimonialização do jongo do sudeste (categoria Formas de Expressão - 15/12/2005) das matrizes do samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo - Categoria Formas de Expressão - 20/11/2007); Festa do Divino de Paraty (categoria Celebrações - 3/4/2013); Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (categoria Saberes - 20/12/2002); Fandango Caiçara (categoria Formas de Expressão - 29/11/2012).

diferentes formas e manifestações das culturas populares, em especial dos segmentos indígenas e negros, os chamados "detentores" de conhecimentos tradicionais e similares conquistaram visibilidade por parte da sociedade, arregimentando forças para reivindicações mais abrangentes de direitos sociais no sentido de uma cidadania plena, historicamente negada para estes grupos.

Tal cenário de articulação e diversificação das políticas patrimoniais e seus efeitos foi fortemente abalado pela nova configuração de forças políticas e econômicas e a crise que, a partir de 2016, se instalou abertamente no país, com o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff e o agravamento, desde então, dos efeitos destrutivos e de desmonte sistemático das instituições patrimoniais e dos arcabouços lentamente construídos para a ampliação da participação dos diferentes grupos sociais formadores da sociedade brasileira no contexto patrimonial e também político, social e econômico do país.<sup>15</sup>

Um exemplo significativo da postura do atual Governo Federal no que tange às questões vinculadas à Cultura, e que nem de longe resume a magnitude e profundidade do desmonte e da inviabilização, é a extinção do Ministério da Cultura (já aventado em 2016) e suas 'reduções' a pastas de Secretarias. Esse cenário pessimista, porém, não arrefeceu os ânimos dos técnicos das instituições patrimoniais, dos pesquisadores do campo patrimonial voltados para a construção de inventários e de apoio à política de registros de forma ampla e inclusiva das manifestações culturais brasileiras, bem como das contribuições de trabalhos acadêmicos produzidos nas Universidades do país, como teses e dissertações.

Foi nesse contexto de crise do meio cultural como um todo e de desmonte e inviabilização das políticas patrimoniais que, em 2019, idealizamos e construímos no Laboratório de Memória e Imagem do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, com apoio da FAPERJ, no âmbito do Grupo de Pesquisa CNPq "Memória, Cultura e Patrimônio", a plataforma do **Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste**

---

<sup>15</sup>Ver: VELHO, 2018. Destacamos ainda que o início deste desmonte progressivo das ações governamentais do governo anterior (entendido como a coalizão centro-esquerda do período 2003-2016) se deu com a Emenda Constitucional No. 95 (EC 95, de dezembro de 2016), que congelou os gastos governamentais em áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia, pelo prazo de 20 anos.

<<http://observatoriodopatrimonio.com.br>>, concebida como ferramenta digital para acompanhamento e estímulo no campo do patrimônio cultural na região Sudeste, com destaque para sistematização, difusão e visibilização de material produzido por pesquisadores e "detentores"<sup>16</sup>; acompanhamento de políticas públicas; fomento ao diálogo entre pesquisadores e "detentores"; levantamento e problematização de demandas por meio de seminários, encontros, rodas de conversa; dinamização do tema nas redes sociais, incluindo instagram, facebook, grupos de interlocução no whatsapp. A Plataforma foi construída levando em conta a relevância das potencialidades estéticas e de comunicação social das tecnologias digitais com o intuito de aproximar o campo patrimonial de uma comunidade mais ampla, visando a luta contra todas as formas de preconceito, especialmente o racial e de gênero em nossa sociedade. Entendemos que os avanços das pesquisas e das conquistas de ampliação e democratização no campo patrimonial não podem ficar restritas aos intelectuais e técnicos das instituições patrimoniais e das universidades e centros de pesquisa. Mas, que pelo contrário, trata-se de caminhar no sentido da democratização e da construção da cidadania no Brasil, e especial da cidadania patrimonial como afirmou Manuel Ferreira Lima Filho<sup>17</sup> Por este motivo, tivemos um cuidado e um rigor do ponto de vista do *web-design*, contratando um especialista para este fim, o *web-designer* Gustavo Monteiro, criando desenhos das manifestações culturais focalizadas especialmente confeccionados por Clara Gonçalves. Atenção especial foi conferida ao uso do audiovisual, incluindo a parceria com uma empresa, a IMAGINE FILMES, a contratação de documentaristas e editores para a confecção de filmes onde os pesquisadores relatam suas aproximações com o campo patrimonial, o diálogo estabelecido com os "detentores" e o processo de pesquisa propriamente dito. O objetivo é também reunir e disponibilizar amplo acervo fílmico, fotográfico e de referências de pesquisa sobre os patrimônios culturais focalizados. Um dos focos centrais do projeto é adotar estratégias de comunicação capazes de

---

<sup>16</sup> a categoria "detentores" é utilizada nas políticas públicas de Patrimônio Imaterial para fazer referência àqueles que são os protagonistas de formas diversas de saberes culturais.

<sup>17</sup> LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania Patrimonial. In: Revista ANTHROPOLÓGICAS  
Ano 19, 26(2):134-155, 2015

atingir públicos diversos, especialmente nas camadas populares, bem como entre os estudantes universitários e os especialistas no campo.

Assim, considerando as demandas da Constituição de 1988 e das Recomendações da UNESCO para a salvaguarda das culturas tradicionais e populares, procuramos aqui abordar como esta plataforma vem se empenhando em articular ações e instrumentos inovadores ao campo patrimonial ao otimizar, para além das reflexões produzidas, uma participação mais ativa das Universidades neste processo. Neste caso, falamos no fomento de um canal de circulação e expansão de conhecimentos e da criação de um espaço dialógico – a partir de uma colaboração mais ativa de mestres e "detentores" de saberes tradicionais, bem como do fomento ao diálogo com pesquisadores do campo patrimonial e das Universidades – que contribua com a ‘simetriação destes saberes’.

A plataforma do Observatório foi lançada no ano de 2020, em meio à crise ecológico-sanitária associada à pandemia de Covid-19 – período no qual as atividades sociais e culturais foram fortemente impactadas. Assim, no ‘boom’ de plataformas que se intensifica pandemicamente, em função dos distanciamentos, quarentenas e resguardos, nossos olhares também se voltam a outras possíveis atuações e novas investigações do Observatório. Referimo-nos, principalmente, à pesquisa sobre os efeitos da digitalização dos materiais vinculados às manifestações culturais populares, bem como das novas formas de ‘circulação’ e de produção (ou não) de vínculos promovidos por esta virtualização.

Para este primeiro movimento de pesquisa, iniciamos uma registro etnográfico sobre o processo de composição da plataforma digital (2) e seus desdobramentos neste cenário de intensa virtualização de encontros e práticas (2.1).

## **1- Construindo novas experiências de memorização.**

O ato de patrimonializar determinada “manifestação cultural” – isto é, de documentar e registrar a existência estável de determinado processo social, cujo significado e modo de reprodução são considerados como um valor a ser legado para outras gerações – não garante

por si só a continuidade dessa manifestação no tempo e no espaço. Pesquisadores do Patrimônio têm sinalizado que os atos normativos e os dispositivos jurídicos próprios à patrimonialização em sentido estrito (o reconhecimento formal pelo Estado do valor cultural de determinada manifestação) *não criam* nem preservam, por si, valor e significado – isso depende das condições e da vitalidade com que se dão a transmissão dos saberes e o fortalecimento dos elos de memória coletiva e social, que se realimentam em circuitos que envolvem os objetos materiais ou imateriais patrimonializados.

Um dos conceitos que vêm sendo propostos para abordar essa dinâmica é o de *memoração social*, que recebeu elaboração por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, especialmente em publicação conjunta com pesquisadores franceses com apoio do Edital Capes Saint Hilaire intitulada "Memória e Novos Patrimônios" (TARDY e DODEBEI, 2014). Entende-se por "memoração social" a atualização cotidiana dos processos mnemônicos (inscritos em práticas sociais) capazes de assegurar certa continuidade, com variações no tempo e no espaço, das manifestações culturais no contexto de uma coletividade. Ela não se dá de forma espontânea ou habitual nas sociedades ocidentais modernas. A patrimonialização é uma "sociotécnica do Estado", não exclusivamente controlada por este – na medida em que prevalecem multissecularmente os processos que garantem a reprodução e acumulação tecnologicamente mediadas do capital, a regulação da vida social e da "cultura" pelo valor de troca. No campo patrimonial, um conjunto de procedimentos instrumentais permite colocar um ciclo de atividades produtivas e expressivas (ou conjunto de 'objetos' que o representam, na qualidade de 'produto') em circuitos que as sustentem 'artificialmente', isto é, controladamente, reguladamente, por acoplamento aos circuitos das políticas públicas e privadas de "apoio à cultura", ou a circuitos comerciais, de turismo, etc.

Para Jean Davallon (2015), é importante refletir sobre a abordagem comunicacional destes processos de construção de memória. Diferente da "memória coletiva" (no sentido construído por M. Halbwachs), a memoração e a patrimonialização são, de algum modo, processos de *transmissão* de saberes que não ocorrem oralmente, de forma direta, entre indivíduos. Como assinala o autor,

(...) Do ponto de vista comunicacional, o ponto comum entre memoração (*mise en mémoire*) e patrimonialização (*mise en patrimoine*) é que tanto uma como outra necessitam da produção e da transmissão da significação no tempo. (...) não basta que objetos do passado estejam hoje presentes, que práticas continuem a existir, é preciso ainda que sua significação seja transmitida e aceita. Assim, a memoração e a patrimonialização devem ser consideradas como uma operação de produção de acontecimentos, práticas ou dispositivos culturais singulares, permitindo a transmissão ao longo do tempo de objetos e/ou de práticas acompanhadas de suas significações sociais, ou seja, de saberes, de experiências e de valores (DAVALLON, 2015, p. 49).

Ou seja, para Davallon, ao contrário da memória – entendida como os saberes que se mantêm com a existência de grupo social (que garante a sua transmissão) –, na ideia de patrimônio – entendido como resultado de um estatuto de ‘reconhecimento’ –, o laço entre passado e presente se daria somente através de uma construção – ou, seria o caso de dizer, de *artefatos*. O patrimônio, portanto, não seria um saber transmitido, mas um saber “reconstruído” ou reconstituído.

Vemos que por um lado Davallon apresenta uma distinção entre memória e patrimônio, e por outro indica uma “equivalência simétrica” entre ambos, que se assemelham por seus *processos* de produção de saberes. Em uma como em outro, a principal função do saber construído seria a de “reconstituir a memória perdida do objeto e de seu mundo de origem, de seu contexto de produção, isto é, a transmissão memorial que está ausente” (DAVALLON, 2015, p. 52).

No mesmo artigo citado, a ênfase do autor recai sobre o patrimônio imaterial. Mais do que uma nova categoria do patrimônio, o patrimônio imaterial é considerado como um “novo modo de produzir patrimônio”. Por se tratar de um processo de produção e de transmissão de saberes que envolve a materialização do ‘intangível’, a documentação, o registro, em geral, a produção

de acervos permitiria deslocamentos temporais (ao tornar o passado-presente) e espaciais (por gerar uma dimensão para além do grupo social detentor daquele saber).<sup>18</sup>

Tendo tudo isso em vista, é possível afirmar que o desafio da patrimonialização (do material ou imaterial) seria tanto de construir um elo entre os coletivos/comunidades e os saberes construídos cientificamente, como de fortalecer o laço entre as manifestações presentes (e isso envolve uma pluralidade de visões de mundo, de ambientes específicos e de maneiras de ser no mundo) e aquilo que se constitui como ‘patrimônio na cultura’. E no contexto atual, falamos, portanto, de produção de conhecimentos que envolvem, acima de tudo, novos pressupostos éticos e diálogo intercultural.

Cabe, portanto, indagar de que modo as políticas de patrimônio contribuem para os processos de memoração, através da revitalização na memória coletiva e social, de seus saberes produzidos. Ou ainda, indaga-se como este campo patrimonial estaria se ‘embrenhando’ na sociedade por meio de suas ações engajadas.

Como o **Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste** pode contribuir para este processo de memoração, ou seja, de dinamização de memórias coletivas e sociais articuladas a patrimônios pesquisados no âmbito acadêmico, bem como, inventariados e registrados nas instituições patrimoniais. Apontamos, portanto, para contribuições que envolvem novas articulações entre as políticas públicas do campo patrimonial e o potencial reflexivo e analítico da Universidade – instituição que, ao mesmo tempo, instiga a criação e desenvolve o Observatório. Neste caso, o Observatório é planejado com o objetivo de expandir, para além deste campo e instituição, os conhecimentos e ações produzidos por esta articulação (pesquisas, dissertações, teses, etc.).

Mas, na atualidade, ao falarmos das pesquisas sobre patrimônio cultural, essa ‘expansão’ envolve não apenas novas ferramentas para ‘circulação’ destes saberes, como também, demanda iniciativas que promovam uma simetrização entre os agentes envolvidos. Portanto para além de um ‘repositório’, tornou-se fundamental pensar este espaço virtual do Observatório como uma

---

<sup>18</sup> Falamos de ações que também podem redirecionar o foco da ‘proteção’: dos processos para os ‘produtos’. Sobre isso, ver TAYLOR (2008).



ferramenta de maior interlocução entre diferentes saberes e práticas. Ou seja, no caso de um Observatório do campo patrimonial, isso requer um real protagonismo dos detentores de saberes e práticas ditas tradicionais na produção e circulação deste conhecimento.

## **2- O Observatório e sua rede de interlocução.**

Durante o ano de 2019 e 2020, através de reuniões presenciais no espaço do LABIM e outras realizadas de forma remota, a equipe do projeto, composta por pesquisadores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, um bolsista de apoio técnico apoiado pela Faperj, bolsistas de Iniciação Científica foi aos poucos construindo os eixos centrais da plataforma do Observatório. Um dos critérios centrais foi convidar pesquisadores que realizaram dissertações, teses ou pesquisas de fôlego sobre patrimônios culturais do Sudeste. Fizemos um levantamento inicial a partir de pesquisas realizadas no próprio PPGMS/UNIRIO, posteriormente fomos ampliando para uma rede de pesquisadores que vem participando destas pesquisas, seja em bancas, seja em diálogos frequentes, bem como para pesquisadores de outras instituições do Sudeste que realizam ou realizaram pesquisas sobre patrimônios culturais. Fizemos um outro levantamento relativo as patrimônios culturais do Sudeste inventariados e/ou registrados pelo IPHAN. Levamos em conta também casos de patrimonializações pelo INEPAC ou "patrimonializados" a partir da ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.<sup>19</sup> Nosso intuito inicial foi iniciar com uma rede de pesquisadores que já trabalhavam em conjunto. Estes pesquisadores forneceram o material inicial de trabalho para o Portal que foi sub-dividido em categorias a partir das manifestações culturais: Jongo; Capoeira; Folia de Reis; Congado; Fandango Caiçara; Literatura de Cordel; Pequena África do Rio de Janeiro; Ofício das Baianas de Acarajé; Dança de Salão; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Assim, formamos uma rede de pesquisadores que passaram a mobilizar os "detentores" e estabelecer estratégias de trabalho no sentido da observação

---

<sup>19</sup> As "patrimonializações" pela ALERJ são muito polêmicas, pois não envolvem necessariamente o aval dos órgãos executivos ou das instituições públicas voltadas para este fim.

contínua. A mobilização desta rede inicial e o estreitamento dos laços entre estes primeiros participantes visou traçar um caminho gradual para a inserção de novos participantes. A adesão ao Observatório é voluntária e desde o início tínhamos a clareza de que não se tratava de criar uma vitrine de patrimônios culturais do Sudeste, mas sobretudo de mobilizar e de estabelecer compromissos reais dos participantes com o projeto.

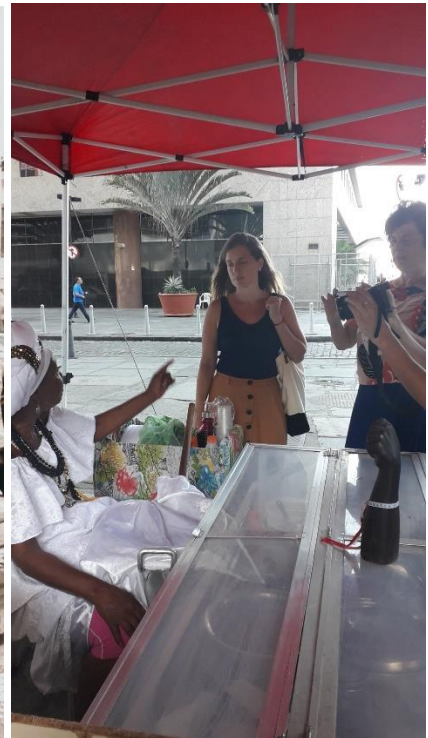
Para isso, foram realizadas entrevistas com os pesquisadores convidados em alguns locais escolhidos pela equipe, a fim de integrá-los com seu objeto de estudo<sup>20</sup>, contando com um roteiro pré-organizado que norteava o entrevistado por meio de quatro perguntas a respeito, essencialmente, da relação do “observador” com seu objeto e a importância da salvaguarda dessas manifestações. Antes do advento da pandemia da Covid-19, as primeiras entrevistas foram gravadas em local público<sup>21</sup> com o auxílio de uma profissional responsável pela gravação e edição dos vídeos. Contudo, após a disseminação do contágio, em março de 2020, os contatos com os pesquisadores passaram a ser remotos e o material audiovisual foi produzido pelos próprios observadores seguindo a orientação do projeto.

**Imagem 1, 2, 3, 4, 5 e 6: Bastidores das gravações das entrevistas. Créditos: Rafael Felix.**

---

<sup>20</sup> Como exemplo disto, apontamos a entrevista concedida pela antropóloga Ana Carolina Nascimento no contexto da exposição “Jota Rodrigues: o poeta da vida atrevida”, aberta ao público em fevereiro de 2020 na Galeria Cândido Portinari, no campus da UERJ no Maracanã.

<sup>21</sup> As entrevistas gravadas antes da pandemia foram com Alexandre Pimentel e Joana Corrêa (Fandango Caiçara), Ana Carolina Nascimento (Literatura de Cordel), Elaine Monteiro e Martha Abreu (Jongo no Sudeste), Lucieni Simão (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES), Marluce Magno (Folia de Reis), Nina Bitar (Ofício das Baianas de Acarajé/RJ), Rafael Boeing (Congado) e Simone Vassallo (“Pequena África no Rio de Janeiro”).



A estrutura do portal foi elaborada por meio de seções de conteúdos, onde a primeira seção destina-se ao contato do pesquisador-observador com a manifestação estudada, onde ele é

levado a discorrer sobre seu processo de pesquisa e o envolvimento com os "detentores", uma entrevista gravada em vídeo, um breve texto sobre a manifestação cultural e o texto principal do observador (dissertação, tese ou similar). A segunda seção é voltada para os "detentores" e suas falas privilegiadas, seja na forma de vídeos, seja na forma de depoimentos, enunciando e visibilizando algumas expressões de modos de saber e fazer. A terceira seção apresenta uma galeria de fotos com imagens expressivas escolhidas pelos pesquisadores. A quarta seção, "Cartografia cultural", visa traçar uma cartografia do ponto de vista dos "detentores" e dos pesquisadores mapeando os territórios onde ocorrem ou onde foram pesquisadas as manifestações em questão. Na quinta seção, apresentamos o calendário, as datas mais importantes e os dados de acesso para aqueles que desejarem conhecer as manifestações culturais. Por fim, na sexta seção, são disponibilizadas em pdf referências consideradas essenciais pelos observadores para aqueles que desejarem pesquisar a manifestação cultural em foco. A inclusão dos materiais disponibilizados pela rede de observadores ocorre por meio do armazenamento em base de dados do portal do Observatório, o que faz com que tenhamos também um Repositório de Dados.

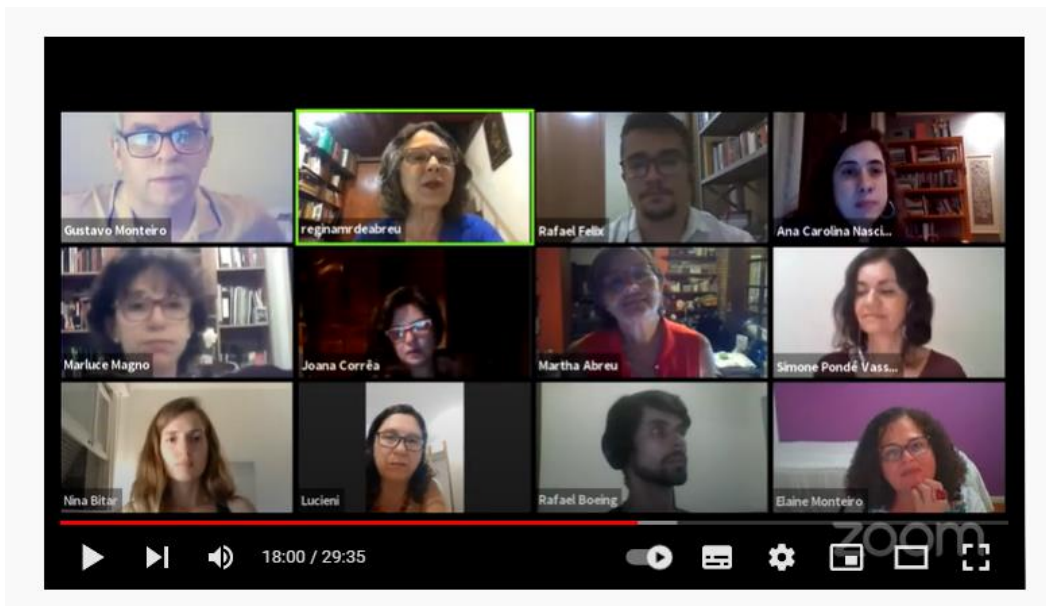
O conceito de Observatório remete necessariamente ao dinamismo das redes sociais, às interlocuções e à mobilização de agentes sociais. Desse modo, o projeto incluiu a criação de páginas em mídias sociais, como Facebook e Instagram<sup>22</sup>. O portal foi lançado no dia 14 de outubro de 2020, no contexto do pré-evento do Comitê de Patrimônios e Museus da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia, de forma virtual e transmitida pelo canal do YouTube da TV ABA<sup>23</sup>.

### **Imagem 7: Captura de tela da transmissão do lançamento do portal do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste.**

---

<sup>22</sup> Ver página do Facebook do Observatório - <https://www.facebook.com/observatoriopatrimoniocultural/>. Ver página do Instagram do Observatório - <https://www.instagram.com/observatoriopatrimoniocultural/>.

<sup>23</sup> Para assistir o lançamento do portal do Observatório na transmissão dentro do pré-evento da RBA, ver [https://www.youtube.com/watch?v=dv-4\\_kYDbZQ](https://www.youtube.com/watch?v=dv-4_kYDbZQ).



**Imagem 8: Captura de tela da página inicial do portal.**



## **2.1 – O Observatório e a virtualização da cultura**

Junto ao contínuo (e acelerado) surgimento de novos recursos tecnológicos são geradas transformações operantes na forma como percebemos e atuamos. Nas últimas décadas e, mais intensamente, durante crise sanitária associada à pandemia de Covid-19, os artefatos digitais

ganharam destaque na produção cultural e maior centralidade nas interações sociais, sendo cada vez mais mediadas por máquinas/equipamentos em formatos digitais.

Em meio às restrições impostas pela pandemia, diferentes manifestações culturais e artísticas viram-se forçadas a se deslocar para a esfera exclusivamente digital, encontrando um ambiente já altamente ocupado pelas mais variadas formas de criação, veiculação, participação e ‘consumo’ destas manifestações. A interação do público com os conteúdos gerados nas mídias sociais passou a ser um dos interesses do Observatório, no qual se faz necessário o acompanhamento constante dos impactos sociais e culturais das atividades dos patrimônios em questão que surgem a cada dia no fervor das redes virtuais. O portal se posiciona diretamente no que diz respeito ao comprometimento em estar atualizado e ambientado às revoluções digitais, mas, acima de tudo, se mostra atento e atuante nas outras formas de colaborações em rede ocorridas durante este período. Com as atividades acontecendo obrigatoriamente de forma remota, a equipe precisou se concentrar nas atividades de cada manifestação observada e, ao mesmo tempo, abrir espaço para o público interagir em rodas de conversa, de modo a conectar cada vez mais os interessados pelo campo do patrimônio cultural e os detentores do saber/fazer cultural.

Já após o início da pandemia da Covid-19, houve a necessidade de novas abordagens quanto ao processo de construção de novas páginas. Todo contato com a equipe e com os observadores foi realizado de forma remota, incluindo a recepção dos materiais que compõem as páginas das manifestações culturais, bem como os vídeos das entrevistas. Desta forma, novos patrimônios entraram no portal, como a Capoeira (com a participação do sociólogo Gabriel Cid e do mestre de capoeira, Mestre Paulão Kikongo) e a Dança de Salão (com a mestra em Memória Social Mariana Bittencourt), além do planejamento das próximas páginas: Matrizes do Samba do Rio de Janeiro; Choro; Sistema Agrícola do Vale do Ribeira; Festa do Divino Espírito Santo de Parati; Patrimônio Indígena do Rio de Janeiro; Ofício de Sineiros; Matrizes Tradicionais do Forró; Modo Artesanal de fazer Queijo Minas e Samba Rural Paulista.

Visando agilizar a criação de conteúdo para a movimentação do portal e de suas redes sociais, foi elaborado um cronograma de postagens em que cada integrante da equipe fica responsável por produzir conteúdo de cada patrimônio. As publicações seguem o *layout*

elaborado pelo *web designer*, mantendo um padrão gráfico e estético. A partir disso, são criadas postagens, publicadas simultaneamente no Facebook e no Instagram, sobre cada patrimônio abarcado pelo Observatório – através de postagens lançadas semanalmente – seguindo a lógica aplicada dentro do portal.

Outra proposta de movimentação de conteúdos para as redes sociais tem sido a de rodas de conversa, onde os pesquisadores conversam com seus interlocutores sobre o rico processo de pesquisa e o patrimônio cultural estudado. Assim surgiu um novo projeto, o “Trocando Saberes e Fazeres”, realizado pela página do instagram nas primeiras quintas-feiras do mês, com o objetivo de realizar rodas de conversa dos pesquisadores com detentores. A primeira foi com a antropóloga Ana Carolina Nascimento que entrevistou Maria Aparecida de Oliveira, filha e herdeira do legado cultural de um importante cordelista do Rio de Janeiro, Jota Rodrigues, e que hoje coordena um Centro Cultural em homenagem ao poeta. No "Trocando Saberes e Fazeres", outros encontros foram realizados com os pesquisadores/observadores e "detentores" do Congado<sup>24</sup>, do Fandango Caiçara<sup>25</sup>, da Capoeira<sup>26</sup> e da Dança de Salão<sup>27</sup>.

### **Imagem 3: Captura de tela das *lives* “Trocando Saberes e Fazeres”.**

---

<sup>24</sup> Ver *roda de conversa* “Trocando Saberes e Fazeres” de Rafael Boeing com Marcelo Lourenço de Oliveira, 2º Capitão, Mestre Caixeiro e Vice-Presidente da Guarda de Marujo de Nossa Senhora do Rosário de General Carneiro, em Sabará/MG, em <https://www.instagram.com/p/CQzKNmvp6Ui/>.

<sup>25</sup> Ver *roda de conversa* “Trocando Saberes e Fazeres” de Alexandre Pimentel e Joana Corrêa com Cleiton do Prado Carneiro, caiçara tradicional da região da Jureia/SP, e Leandro Diéguez, mestre fandangueiro do grupo Fandanguará, em [https://www.instagram.com/p/CSNPYFrJ8\\_L/](https://www.instagram.com/p/CSNPYFrJ8_L/).

<sup>26</sup> Ver *roda de conversa* “Trocando Saberes e Fazeres” de Gabriel Cid e Mestre Paulão Kikongo com o mestre de capoeira, Mestre Toni, em [https://www.instagram.com/p/CTVWM\\_Vp\\_Wg/](https://www.instagram.com/p/CTVWM_Vp_Wg/).

<sup>27</sup> Ver *roda de conversa* “Trocando Saberes e Fazeres” de Mariana Bittencourt com o bailarino e coreógrafo João Piccoli, em <https://www.instagram.com/p/CUvQUhiJoEG/>.



Ou síntese, neste cenário de intensa plataformização, o Observatório se expande para novos espaços de encontros e performances (Facebook, Instagram e Plataformas de Videochamadas) e de outros modos de engajamento em grupos de comunicação (WhatsApp), gerando também novas forma de observação por meio de etnografias e pesquisas virtuais (cf. MILLE; SLATER 2004; HIME, 2020).

### **3- Novos desafios para o Observatório: construindo um espaço dialógico para a produção e circulação de conhecimentos pluriépistêmicos**

Como o Observatório pode ser um diferencial no campo patrimonial? Vivemos uma conjuntura extremamente desfavorável para o campo patrimonial brasileiro, com progressivos desmontes de instituições, enfraquecimento de políticas públicas, destituições na representação da sociedade nos Conselhos Consultivos do IPHAN e de outras agências estaduais e municipais. Entretanto, paradoxalmente, visualizamos algo de promissor se considerarmos os efeitos de longo prazo no campo patrimonial advindos do progressivo alargamento da noção de patrimônio, da capilarização do conceito de "referência cultural", da implementação bem sucedida do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Se, durante muitos anos, programas e ações no campo patrimonial constituíam atributos praticamente exclusivos do Estado, carecendo de ressonância social e popular, hoje, podemos afirmar que na sociedade civil o conceito de



patrimônio vem sendo apropriado, principalmente entre os chamados "detentores" no âmbito de saberes e fazeres patrimonializados. Se, antes, o atributo patrimonial era uma referência conhecida por um seleto grupo de intelectuais e agentes do Estado, hoje o patrimônio como atributo e categoria é amplamente reconhecida socialmente. Fala-se até mesmo de uma inflação patrimonial, quando Câmeras de Vereadores Municipais e Assembléias de Deputados Estaduais propõem patrimonializar um sem número de manifestações culturais no sentido de valoriza-las.

No campo acadêmico, registramos um crescimento surpreendente de teses, dissertações e TCCs que focalizam o tema do Patrimônio Cultural. Trata-se de um saber acumulado e em permanente conexão com agências, universidades e centros de pesquisa internacionais.

É neste cenário que emergem organizações não-governamentais, fóruns, redes, blogs, observatórios. De um lado, como lugares de reação aos possíveis desmontes no campo e de outro lado, como busca de novos caminhos para o fortalecimento e a garantia das conquistas. Neste novo contexto, a Universidade vem desempenhando papel central. O conhecimento acumulado em pesquisas e a capacidade reflexiva e de mobilização de professores e estudantes face às novas demandas do campo patrimonial soma-se à crescente mobilização da sociedade civil devido ao sucesso de políticas públicas que trouxeram possibilidades reais principalmente para "detentores" de saberes e fazeres tradicionais.

Do mesmo modo, cresce a consciência no campo acadêmico brasileiro da necessidade imperiosa de descolonizar o processo do conhecimento e estabelecer trocas e interlocuções com outras formas de saberes, advindos do campo popular e tradicional. Se, durante anos, o processo de colonização ofuscou outras epistemologias, legitimando apenas a epistemologia construída com parâmetros ocidentais modernos, hoje, as Universidades vêm se abrindo para o diálogo com representantes de outras epistemes. Chamamos a atenção para o movimento do "Encontro de Saberes" protagonizado, a partir de 2010, por antropólogos nas universidades brasileiras, entre eles, José Jorge de Carvalho, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão do Ensino Superior - INCT. Este movimento tem sido bem sucedido no objetivo de promover uma intervenção teórico-política de tipo transdisciplinar que busca descolonizar o modelo de conhecimento ensinado nas universidades. A partir de algumas iniciativas, como o encontro entre pesquisadores e mestres de saberes tradicionais, o movimento de "Encontros de Saberes"

vem estabelecendo em muitas universidades brasileiras, como a UFMG, a UNB, a UFPA, entre outras, "encontros entre diferentes paradigmas civilizatórios, cada qual com seus sistemas de conhecimento, de maneira a contrariar o processo de invisibilização e exclusão no qual as inúmeras civilizações que compõem nosso continente foram condenadas a partir da invasão colonial."<sup>28</sup>

As pesquisas sobre o campo patrimonial realizadas nas Universidades cresceu exponencialmente nos últimos anos, produzindo um conhecimento que não pode ficar armazenado ou disponibilizado apenas nos meios acadêmicos. Parece-nos fundamental fazer circular estes conhecimentos e, principalmente, trocar e interagir com aqueles que agenciam conhecimentos tradicionais no dia-a-dia de suas práticas. No contexto de reconhecimento dos patrimônios de culturas tradicionais está presente a crença de que os saberes tradicionais e populares não podem constituir apenas objetos de estudo, mas também referentes de conhecimentos tão relevantes quanto os da ciência moderna. Além disso, as pesquisas realizadas no âmbito acadêmico produzem vasto material e também relações humanas de afeto e amizade que não estão presentes nos textos finais de artigos, teses, livros. No caso específico da pesquisa com patrimônios culturais, os pesquisadores estabelecem vínculos profundos com os "detentores" de agentes do campo. Uma ferramenta como a do Observatório que faz uso de modernas tecnologias digitais e audiovisuais é um campo propício para alocar as "sobras" das pesquisas que constituem verdadeiros tesouros, como filmes, fotografias, textos, bem como, trazer depoimentos que possam inspirar novas gerações de pesquisadores em seus processos de aprendizado. De um certo modo, o Observatório pode ser uma espécie de repositório dos bastidores de pesquisas com o Patrimônio Cultural. Ao convidar para a cena principal aqueles que foram os principais interlocutores dos pesquisadores-observadores, estabelecemos um diálogo que vai além do processo da pesquisa e descortina novos horizontes. Cada "detentor" traz em si uma bagagem riquíssima e podemos viabilizar este espaço de trocas e interlocuções

---

<sup>28</sup> Carvalho, José J.;Flórez, Juliana F. (2014a). "Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocêntrico", in *Nómadas*, nº 41, 131-147.

a partir de uma ferramenta que chega nas casas e nas salas de aula, trazendo de forma atualizada as dinâmicas plurais dos patrimônios culturais.

Assim, o Observatório pode ser definido como uma ferramenta que concentra, de um lado, um repositório de material de pesquisa etnográfica, expressando-se na problematização da relação entre os "pesquisadores-observadores" e os "detentores-interlocutores" e, de outro lado, num espaço dinâmico onde esta relação atualiza-se e descortina novos horizontes. Entendemos que trabalhar sob uma perspectiva decolonial e pluriepistêmica do conhecimento não significa abolir ou negar nenhuma das partes, seja do pesquisador, seja do "detentor". Trata-se, pelo contrário, de encontrar formas de estimular o diálogo permanente entre duas partes que podem complementar o processo de conhecimento. Acreditamos que a perspectiva antropológica neste caso pode ser assumida como teoria e como método. O método da etnografia é não apenas um instrumento de pesquisa, mas pode ser pensado como uma postura diante do conhecimento e da vida. Não há conhecimento pronto, nem pesquisa que se esgota, há processos contínuos de descobertas. Especialmente o sub-projeto do Observatório "Trocando Saberes e Fazeres", com a realização mensal de encontros entre pesquisadores e interlocutores na página do Observatório no instagram, vem cumprindo este papel onde pesquisadores narram e atualizam suas experiências de campo, ao mesmo tempo em que trocam com seus interlocutores de pesquisa sobre antigas questões e avanços no sentido da construção da visibilidade, da inclusão e da cidadania.

Outro aspecto a ser pontuado diz respeito à centralidade que as ferramentas digitais passaram a ter no contexto da pandemia/sindemia não apenas como repositórios, mas também como instrumentos para pesquisas. Contamos com original e densa literatura sobre o uso das metodologias digitais e virtuais para pesquisas no campo da Antropologia. Destaco o trabalho organizado por Jean Segata e Theophilos Rifiotis (Segata e Rifiotis, 2016); o Dossiê "Etnografia Digital" publicado na Revista Antropolítica, organizado por Jair de Souza Ramos e Eliane Tânia Freitas (Ramos e Freitas, 2017) e o Webinário "Fazer Etnográfico, ambientes digitais e tecnologias: desafios, dilemas e possibilidades", que foi ao ar em 27/05/2021 pela TV ABA no youtube. Por meio de plataformas digitais, tem sido possível entrevistar pesquisadores e interlocutores sobre os processos que os envolvem. Além disso, estamos contribuindo

diretamente para a salvaguarda de bens imateriais registrados pelo IPHAN e agências estatais e municipais do Sudeste, num contexto de descenso da ação estatal. Os mestres de diversos ofícios, os "detentores" de saberes consagrados, brincantes, dançantes, artesãos, e pessoas com as mais variadas "expertises" são protagonistas e interagem com pesquisadores acadêmicos em rodas de conversa "virtuais". Nos encontros do "Trocando Saberes e Fazeres", os "detentores", "interlocutores" têm ainda a oportunidade de cantarem, dançarem, apresentarem suas novas composições, suas técnicas, seus saberes. Passamos do circuito tradicional da fala, da palavra, para performances ao vivo reconfigurando maneiras de interagir e de vivenciar a dinâmica festiva de diferentes expressões culturais. Enunciamos aqui uma proposta de pesquisa e interlocução onde convocamos não apenas os sentidos intelectuais do pensar e do falar, mas outras formas de percepção onde estão presentes práticas e performances corporais, de manipulação e de apresentação de objetos, de estímulos visuais e estéticos.

Podemos pois afirmar que com o advento da pandemia/sindemia, a experiência do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, do “Saberes e Fazeres”, e a criação de uma rede de observadores/detentores que vem se comunicando por meio das redes sociais têm configurado um laboratório de criação coletiva de novos caminhos na relação entre a Pesquisa em Ciências Humanas e o Patrimônio Cultural Brasileiro, conjugando mapeamentos, trocas, contribuições para a salvaguarda de bens imateriais registrados. Assim, caminhamos entre a reflexão e a proatividade, entre a pesquisa e ações propositivas no campo patrimonial, contribuindo para a experimentação e a inovação de métodos e práticas de pesquisa.

Cabe ressaltar ainda que agências multilaterais e organizações internacionais vêm advertindo para o cenário nada promissor dos próximos anos. O conceito de sindemia expressa estas perspectivas nada alvissareiras de constantes fechamentos das sociedades – os chamados “lockdowns”. Sindemias incluem não apenas os efeitos perversos de vírus como a Covid-19, mas também os efeitos não menos perversos do acometimento em massa de consequências de guerras, mudanças climáticas, desastres ambientais. O conceito foi cunhado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer, na década de 1990, para alertar a situação em que vivemos quando um vírus como a Covid-19 interage com outras doenças em contextos sociais e ambientais caracterizados por profundas desigualdades sociais. No caso da Covid-19, vemos

como ela interage com uma variedade de condições pré-existentes (diabetes, câncer, problemas cardíacos e muitos outros fatores) e vemos uma taxa desproporcional de resultados adversos em comunidades desfavorecidas, de baixa-renda e de minorias étnicas. A Organização Mundial da Saúde e especialistas na área propõem uma mudança na abordagem clássica da epidemiologia focalizando as condições sociais que tornam certos grupos mais vulneráveis a doenças como a Covid-19. <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>> Ao acompanhar casos e processos específicos de pesquisa no campo patrimonial, estaremos também contribuindo para este debate, uma vez que a maior parte dos “detentores” das expressões culturais inventariadas ou registradas se situa nas camadas menos favorecidas da população. São inúmeros os relatos de mortes e adoecimentos de mestres e artesão “detentores” de conhecimentos especializados, referências para o Patrimônio Cultural brasileiro. O Observatório pretende na medida do possível contribuir para esta questão social e sanitária e realizar os levantamentos das perdas significativas na região sudeste onde focalizamos nosso campo de estudos.

Enfim, para finalizar, ressaltamos que o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste, como uma ferramenta experimental de pesquisa, produção e difusão do conhecimento no campo patrimonial, está aberto a reformulações e revisões permanentes pois assim como a cultura e o patrimônio, também o Observatório constitui uma ferramenta dinâmica e vivo em constantes transformações.

### **Referências**

- ABREU, Regina. A Fabricação do Imortal: Estratégias de Consagração no Brasil, RJ, Ed. Rocco, 1992.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. v. 1. 316p.
- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e Novos Patrimônios**. 1ª edição, Marseille: OpenEdition Press, 2015.

- ABREU, Regina; DINOLA, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo". *In: Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 4, p. 33-48, 2017.
- CARVALHO, José J.;Flórez, Juliana F. (2014a). “Encuentro de Saberes: proyecto para decolonizar el conocimiento universitario eurocêntrico”, in *Nômadias*, nº 41, 131-147.
- CARVALHO, José J. Encontro de Saberes. Bases para um diálogo interepistêmico. *In:* [http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc\\_view/7248-.html?lang=pt\\_BR.utf8%2C+pt\\_BR.UT](http://www.ufvjm.edu.br/formularios/doc_view/7248-.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT)
- CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Arquitetos da memória, Os: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*, RJ, Ed. UFRJ
- DAVALLON, Jean. *Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização*. *In:* TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- FALCÃO, Joaquim. *In:* MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília : Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- HIME, Christine. *A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana*. *In: Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 29, n. 2, USP, 2020.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Cidadania Patrimonial*. *In:* *Revista ANTHROPOLÓGICAS* Ano 19, 26(2):134-155, 2015
- MAGALHÃES, Aloísio. *Cultura e bens culturais*. *In:* MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília : Fundação Nacional Pró-Memória, 1985. p. 39-68.
- MILLER, Daniel; SLATER, Dan. *Etnografia On e Off-Line: Cibercafés em Trinidad*. *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 41-65, jan/jun 2004.
- RAMOS, J. de S., & FREITAS, E. T. (2018). Dossiê temático: Etnografia digital. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, 1(42). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41882>
- SEGATA, Jean e RIFIOTIS, Theophilos (org.) *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. ABA, Ed. Letra D'Água, Joinville, 2016

TAYLOR, Diana. Performance e Patrimônio Cultural intangível. *In: PÓS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte. v.1, n. 1, p. 91-103, 2011.*

TV ABA Webinário "Fazer Etnográfico, ambientes digitais e tecnologias" exibido em 27/05/2021

[https://www.youtube.com/watch?v=Hyn4ojtZaPs&t=2911s&ab\\_channel=TVABA](https://www.youtube.com/watch?v=Hyn4ojtZaPs&t=2911s&ab_channel=TVABA)

VELHO, Otávio. **Antinomias do real**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.